



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: GILSON BARRETO
TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 14 DE SETEMBRO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Coronel Camilo) – Bom dia. Declaro abertos os trabalhos da audiência pública da Comissão de Administração Pública, sobre o plano de Educação.

Esta audiência foi requerida através do requerimento nº 15/2013, do Vereador Mario Covas Neto, aprovado em reunião ordinária de 10 de abril próximo passado, com a finalidade de discutir o PL 415/12, do Executivo, que visa aprovar o Plano Municipal de Educação da cidade de São Paulo para o decênio 2011/2020.

Esta é a 6ª audiência pública ao PL 415. Esta audiência foi publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, desde o início de setembro, no *Diário de São Paulo*, de 10 de setembro e na *Folha de São Paulo*, dia 12 de setembro.

Foram convidadas para esta audiência pública várias autoridades ligadas à Educação, dentre elas o Secretário Municipal de Educação, Antonio Callegari; o Secretário de Educação do Estado de São Paulo Herman Jacobus, Secretário de Estado da Educação; Rosania Morales Morroni, Subsecretária de Articulação Regional da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo; vários gestores públicos da Educação; OAB de São Paulo; todos os diretores de ensino do Município de São Paulo; representantes dos conselhos de Educação tanto estaduais quanto municipais.

Estas audiências públicas serão encaminhadas também à Comissão de Educação, Cultura e Esportes, que vai discutir o assunto.

Convido o Sr. Francisco Leite, gestor do CEU Butantã, para fazer uso da palavra.

O SR. FRANCISCO LEITE – Bom dia. Agradeço o Vereador e a equipe da Câmara Municipal. Gostaria de falar um pouco do CEU Butantã, como todos os CEUs, tem uma estrutura maravilhosa. Temos uma área de 55 mil metros quadrados para a população, a comunidade local e para todo munícipe de São Paulo. Temos diariamente uma frequência de mais de dois mil alunos, fora os alunos que praticam basquete, natação, balé e várias outras atividades que o CEU oferece.

É um prazer recebê-los. As portas do CEU estarão sempre abertas para a

comunidade, para todas as autoridades do Município de São Paulo. Sejam todos bem-vindos.

Nossa meta é ampliar ainda mais o nosso atendimento. É isso que a comunidade precisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coronel Camilo) – Obrigado, Sr. Francisco e parabéns pelo trabalho do CEU Butantã.

Quero lembrar a todos que o tema de discussão do projeto é valorização dos profissionais de Educação, gestão, financiamento e qualidade da Educação, Ensino Fundamental, atendimento, alfabetização, Educação Integral, Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e superação do analfabetismo, Ensino Médio, Educação Profissional e Educação Superior, assim como Educação Inclusiva, Educação Ambiental e desigualdades e diversidades.

Para todos que nos assistem, para entenderem como está a discussão na área de Educação, temos quatro frentes tanto do Poder Executivo quanto da Câmara Municipal estudando a Educação. Uma é o plano que está em execução no Município de São Paulo. Outra é uma proposta que está sendo trabalhada na Comissão de Educação. Essa proposta está sendo discutida com a comunidade através da internet e da Comissão de Educação.

Temos também um trabalho que foi feito em 2010, a Conferência Municipal de Educação, que foi organizada pela Secretaria Municipal de Educação, que resultou numa série de sugestões para a Educação, que também vai ser avaliada. E temos também o PL 415, o novo plano que deve vigorar de 2011 a 2020.

Tudo isso está sendo discutido e esperamos que agregue valor à Educação. Tenho plena convicção de que vamos mudar, não só na cidade de São Paulo, como no Estado e no país, por meio da Educação.

Então vamos agregar valor ao plano. Faço uma solicitação para todos que estiverem trabalhando na Educação, nesses planos, seja em São Paulo, seja na Câmara Municipal, seja na Comissão de Educação, eu digo sempre que 90% pronto é melhor do que

100% interminável.

Então esse plano está sendo discutido aqui, pelo que tenho conhecimento agora, é meu primeiro mandato na Câmara Municipal, está sendo discutido desde 2010. Estamos em 2013, então deveria estar vigorando desde 2011. Vamos finalizar, pegar, agregar valor ao plano. Vamos deixar o plano começar. Deixar nascer o plano, estabelecer uma frequência maior, se for o caso, para fazermos um ajuste e deixar que ele termine. Em cada discussão percebemos que voltam os mesmos assuntos à tona e não terminamos o trabalho.

Minha sugestão é que findadas essas audiências públicas, mandá-las para a Comissão de Educação e que se finalize logo esse plano, que se coloque em Educação sabendo que todo plano é mutável. Então vamos estabelecer uma forma de ajustar a frequência, mas não podemos ajustar sem um plano de Educação, tendo que usar o plano interior.

Está aberta a palavra aos inscritos. Chamo o Sr. Mauro Alves da Silva, do Movimento COEC, Comunidade de Olho na Escola Pública.

O SR. MAURO ALVES DA SILVA – Cumprimento a todos. Cumprimento a Mesa na figura do Relator, Vereador Coronel Camilo, o Plano Municipal de Educação é uma imposição da Lei Orgânica do Município de São Paulo, desde 1990.

Não temos plano na cidade de São Paulo e nem no Estado de São Paulo e um plano meia boca no Governo Federal, porque na verdade várias instituições, vários governantes não querem um plano, porque se houver um plano ele tem de ser cumprido.

Na última audiência pública, o Vereador Relator fez o comentário de que não conseguiu colocar os próprios filhos na creche. Isso é só para dar um exemplo. Esse equipamento – o CEU Butantã – é uma das causas de não ter sido universalizada a Educação Infantil no Município de São Paulo, porque em 2001, 2004, se existisse um plano municipal de educação, não poderiam ser criados esses centros. Deveriam ser centros comunitários, culturais, esportivos, mas não com verba da Educação.

Por conta do uso da verba da Educação e por não ter um plano é que perdemos praticamente 10 anos na universalização da Educação Infantil, porque estamos usando verba da Educação para financiar padaria, telecentro, guarda civil municipal, esporte, cultura e agora até ensino universitário.

Quero chamar a atenção que o Movimento Comunidade de Olho na Escola Pública, que é o Fórum de Educação da Cidade de São Paulo – fórum que existe há 20 anos – e não esse fórum chapa branca criado recentemente, apenas para receber verba do Governo Federal, tem feito uma discussão sobre a Educação. E evitamos fazer a discussão sobre o salário dos professores, até porque já fizemos aquele desafio: se o professorado aceitar o vínculo com uma única escola, aí sim vamos começar a discutir o salário dos professores.

Há professores que dão aulas em três, quatro escolas, começam às 7h e vão até às 23h. Eu realmente fico com pena, coitados dos alunos que recebem aula desse professor. Temos muitos casos de intolerância de professores justamente nas últimas aulas.

Deixei com o Vereador Relator, Coronel Camilo, um documento que a gente vem apresentando nas audiências públicas. Nosso movimento faz questão de participar dessas audiências. Notamos um boicote das corporações que não querem participar de debates públicos. Querem debater no sindicato ou no gabinete do secretário. Por exemplo, no caso a Administração Pública tomou a iniciativa de fazer esses debates, provocada por algumas entidades, que ela leve em consideração o PL 180/1999, que foi uma discussão do Plano Municipal de Educação. Foi aprovado, mas foi arquivado porque tinha vício de origem. Tinha de vir do Executivo.

Agora temos o PL 415/2012, que veio do Executivo, mas parece ser um projeto bastardo porque foi da outra gestão e o atual Prefeito e o Secretário de Educação não mandam representantes. Há um plano oficial protocolado, mas somos obrigados a ficar discutindo uma proposta, uma minuta que ninguém sabe o que é. Na verdade, temos uma ideia de que seja para voltar a reprovação, suspensão e expulsão de alunos.

O ponto dois, Vereador, queremos que sejam criados mecanismos eficientes, até mesmo aqui na Câmara Municipal, para acompanhar a execução do plano, porque é muito comum aprovar um plano, não ter mecanismo de acompanhamento e ficar refém de informações oficiais e burocráticas, muitas vezes, sonegadas da população. Por exemplo, há uma lei de 2007 obrigando a publicar todos os convênios municipais na internet. E já fizemos requerimento para a Secretaria Municipal de Educação para divulgar os convênios na Educação Municipal, especificamente os convênios da Educação Especial e a Secretaria Municipal de Educação e o Prefeito negam essa informação, mesmo com a lei de acesso que obriga a divulgação em 20 dias.

O terceiro ponto, garantir autonomia das escolas considerando-as unidades independentes do orçamento. É muito comum uma escola ter um bom índice de aproveitamento e outra um péssimo índice, mas não temos a comparação para saber se realmente os investimentos estão sendo feitos, se é falta de professores ou funcionários. Se for uma unidade orçamentária há condições de melhor acompanhamento.

O item quatro é sobre financiamento. A Administração, para subsidiar o relatório, poderia oficiar o Ministério da Educação para verificar se é possível colocar na verba da Educação os aposentados. Em 2001 foi aprovada uma lei de forma até ardilosa, para não usar outra palavra, que colocou os aposentados na verba da Educação contra a orientação do Ministério da Educação e Cultura. Essa é uma informação que o pessoal esquece, essa lei foi assinada pelo atual Prefeito Fernando Haddad, naquela época, Secretário de Desenvolvimento. Então ele conhece, sabe sobre o que estamos falando.

Item cinco, a divulgação pública das notas das escolas nas avaliações. Criticavam o IDEB dizendo que era estatística, pegava uma ou outra escola, e criou-se a Prova São Paulo, porque diziam que dava para fazer um acompanhamento individualizado das escolas. O atual Prefeito, sem discussão nenhuma, disse que acabou a Prova São Paulo e temos no próprio PL 415/12 a efetivação ou consagração da Prova São Paulo. Então é importante a Comissão de

Administração Pública convocar a Secretaria de Educação para oficializar essa situação da Prova São Paulo.

Item seis, criar um observatório de violência escolar. Isso existe no Plano Nacional de Direitos Humanos, que não foi criado. Na Secretaria há uma ouvidoria que, na verdade, é uma ouvidoria corporativa, não tem independência para investigar situações quando a reclamação é de órgãos externos dos pais, da comunidade ou dos alunos. Lembro que em 1999 fazíamos, junto com a Comissão de Educação, a chamada blitz nas escolas. Íamos junto com os Vereadores e houve casos em que pegamos fragrante de escolas sem aula, alunos fora da escola e portões fechados. Até a Secretária de Educação ficou 20 minutos batendo na porta da escola e não abriam. Tiveram que ligar para a Secretaria, que ligou para a Direção da escola para que o portão fosse aberto. Só estou dando exemplos de que essa discussão não é só plano de carreira.

Item sete, identificar claramente o custo da unidade escolar e o custo do aluno, porque houve uma discussão sobre as creches conveniadas que sofreram críticas, mas recebem metade do custo que recebe a creche direta. Os profissionais da creche conveniada trabalham um terço a mais e recebem um terço a menos. E essas creches se localizam nos piores lugares do Município, porque o Poder Público não constrói nessas regiões.

Item oito, garantir que toda e qualquer proposta apresentada – isso é importante, Vereador - deve ser identificada, pelo menos, pelo segmento que fez a proposta,...

O senhor está falando dessa conferência de 2010, se o senhor tiver a oportunidade ler o relatório, ou sua assessoria, vai ver que as propostas estão numeradas, mas não diz quem fez a proposta, porque a nossa prática é a seguinte, é corporação que tem feito essas propostas e faz questão de não se identificar e aí, depois, joga para todo mundo, para São Paulo inteira dizendo que foi aprovada na conferência, mas não é uma proposta da conferência, é proposta de praxe. E os pais só tem 5% de participação nessas conferências, os alunos tem 7% de participação, o resto são professores, funcionários e gestores, só que eles

exigem para o relatório final ter, no mínimo, 20% de aprovação. Então, quer dizer, se os alunos tiverem uma proposta, por exemplo, de quererem avaliar o professor, se tentar colocar numa plenária onde 80% é funcionário e professor, aí é derrubada a proposta e chega para o Vereador e diz: “Foi derrubada essa proposta na conferência”, só que na verdade não respeitou o segmento.

Por último a gente coloca à disposição, que a central, junto com a Assessoria do Vereador, para sistematizar as propostas nossa, inclusive identificar algumas propostas que foram feitas por corporações e não estão claramente identificadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coronel Camilo) – Obrigado. Vamos apenas fazer alguns comentários. Gostaria de cumprimentar a Sr. Bianca, que está representando aqui o professor presidente do Sindicato dos Professores e Funcionários do Município de São Paulo.

Sobre o que o Sr. Mauro falou, vamos fazer alguns comentários já e isso que vai nortear o relatório que nós vamos fazer na Comissão de Administração Pública. Primeiro, queria deixar bem claro para todos que o foco aqui é que os professores são importantes, os pais são importantes, a participação de todos é importante, os funcionários são importantes, mas o foco que vai ser dado no relatório da Administração Pública vai ser o aluno, o foco da educação é aluno. Tudo que for feito e discutido na Comissão de Administração Pública será o aluno. Vamos observar sim o plano 180, de 99, aquele que não foi para a frente, um plano municipal que acabou não indo, vamos ver o que tem de bom lá.

A fiscalização sim, pode contar com a gente. A fiscalização está dentro do papel do Vereador de São Paulo do que está sendo Executado, ou seja, fiscalizar o Poder Executivo, e a gente vai fazer isso sempre. Entendo e vou propor aqui que a Comissão de Educação também estude isso, a forma de fazer as fiscalizações, as auditorias. Não só as auditorias punitiva, vamos fazer uma auditoria como a gente faz no mundo empresarial, vamos acompanhar, vamos fazer o *check-list* intermediário, para a gente não chegar lá e encontrar tudo já sem

condições de tomar providências e tem que fechar alguma coisa boa. A gente tem que acompanhar mês a mês, estabelecer datas prévias para ir e até reorientar uma escola que não estiver indo bem, com qualquer tipo de problema.

Na parte de financiamento, divulgação e observatório de violência, outra coisa que nortear o nosso relatório é a transparência. Eu acho que tem que ser tudo transparente, tem que estar tudo na internet, a mesma coisa na escola, as secretarias, quanto mais transparente para o cidadão, mais ele vai poder cobrar o Poder Público, fiscalizar o próprio Poder Público. O Poder Público é do cidadão, a razão de ser nossa, dos Vereadores, do Poder Executivo, Poder Judiciário é para colocar regras de convivência na sociedade, melhorar a vida das pessoas e somos do próprio povo e foi o povo que nos colocou aqui em todos esses lugares. Então acho que tem que ser o máximo transparente. Acho que vem numa boa hora o Observatório de Violência na Escola, ou Observatório da Educação, para que isso seja informado.

Na última audiência foi dado, se não me engano foi uma senhora chamada Amanda, informação de um centro de informação na educação, porque também acho interessante criar formas do cidadão ter acesso à educação e como é feita a educação.

As creches conveniadas, eu também tenho a mesma opinião do senhor, ou seja, as creches, nós precisamos agregar valor. Então não adianta ficar brigando aqui se direta ou se é de creche. O foco continua sendo o aluno. Nós temos que dar condições para que a parte direta funcione muito bem e agregar valor a isso com as creches conveniadas. Hoje eu tenho bem a noção de que se não houver as creches conveniadas muitas crianças não estariam em creche hoje, e ainda faltam muitas vagas. O que o senhor falou é bem verdade, a administração direta normalmente não tem creches na periferia, aí eu tenho um número muito inferior do que é necessário. Quem está fazendo esse trabalho na periferia da cidade, nos locais mais difíceis são as creches conveniadas.

Então muito obrigado pelas suas sugestões e nós vamos observá-las todas. Anotei aqui tudo e vamos levar em consideração.

Queria saber se mais alguém quer fazer uso da palavra?

É nessa linha pessoal, vamos agora trabalhar. Eu convido todos, antes de encerrarmos os trabalhos hoje aqui, para a próxima audiência pública, que vai ser no dia 21/09, temos mais duas para completar o ciclo.

Quero falar como isso foi feito. Foi feito um em cada lugar da cidade, zona Norte, zona Sul, zona Leste e Oeste e no Centro. Então temos mais duas audiências públicas, uma no CEU Cidade Dutra, no dia 21 de setembro, na Avenida Interlagos, 7.370, começando às 10h e indo até 12h ou quando terminar, e outra no CEU Aricanduva, no dia 05/10, rua Olga Faria Abarca, sem número, Vila Aricanduva.

Gostaria de cumprimentar o nosso nobre colega, Vereador Toninho Véspoli e convidá-lo a fazer parte da Mesa. Só para posicionar V.Exa., nós já abrimos a palavra aos presentes, já fizemos alguns comentários sobre educação. Já passamos a palavra para quem quis fazer uso dela, já fizemos alguns comentários, já anotamos o que foi dito. Gostaria de usar da palavra para falar sobre o Plano de Educação, sobre a educação em si? Tem V.Exa. a palavra.

O SR. TONINHO VÉSPOLI – Bom dia. As audiências públicas são importantes porque a gente vai ter melhor educação e principalmente o Plano de Educação que o Haddad colocou, que acho que temos que fazer algumas reflexões. Ele tem colocado o trabalho dos professores, eu sou professor da rede municipal na DREI Ipiranga, na Escola Presidente Prudente de Moraes, professor de matemática. Eu tenho algumas preocupações que eu acho que o plano teria que ter abordado e acho que são problemas estruturais das escolas. Enquanto a gente está lá com uma certa realidade, a longa jornadas dos professores, dos professores terem duas ou três redes para poder trabalhar e não conseguir ficar numa rede só para conseguir fazer o seu plano pedagógico, suas atividades pedagógicas.

Enquanto não tivermos condições de trabalho, com quadro completo de apoio nas escolas e formação continuada, enfim, enquanto não tivermos realmente esse suporte bom de

trabalho, não conseguiremos fazer uma revolução na Educação. E esses aspectos o Governo acabou não abordando.

Também tenho umas questões sobre o plano, por exemplo: se colocamos de dois para três ciclos como algo fundamental no aspecto pedagógico, como proporcionarei a repetência no sexto ano? E no sétimo, no oitavo e nono? Isso seria algo já seriado. O próprio projeto, no meu ponto de vista, entra em conflito quando ele dispõe os ciclos como metodologia e dispõe a série de repetência ao mesmo tempo. Para mim, configura uma grave contradição.

Mas, estou aqui mais para escutar, é uma audiência pública e eu até teria outras questões, tais como: nota, repetência etc., e, como disse, prefiro escutar. Peço desculpas, inclusive, pois moro na Leste e peguei um trânsito muito grande. Espero, portanto, colaborar na discussão dos professores. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coronel Camilo) - Obrigado Vereador Toninho Vespoli.

Agradeço a presença da Monica, assessora do Vereador Gilson Barreto, Presidente da Comissão de Administração Pública.

Corroboro com as palavras do Vereador Toninho Vespoli: o foco tem de continuar sendo primeiro, sempre, o aluno. Se queremos boas aulas para o aluno, temos de ter professores bem pagos, motivados.

Sou da carreira policial. Fui policial militar durante 33 anos e trabalhei muito como instrutor, também na Polícia Militar. Por 12 anos fui professor universitário em várias universidades, na região de Guarulhos e de São Paulo.

Professor tem de ganhar bem. Não se tem dúvida alguma de que o professor tem de ganhar bem. E fiz essa comparação porque acho que a carreira que deve ser melhor remunerada. Não estou sendo demagogo e defendi isso na última reunião também.

O professor que, para mim, tem de ganhar bem é o que pega na mão da criança, que está ajudando a formar aquela personalidade. Temos de entender de que ele é um complemento do que a família está fazendo com essa criança. Ele está formando a

personalidade e é dali que vamos formar essa criança, até os 12 ou 13 anos, e esse professor precisa ser bem pago.

Sou um pouco mais experiente do que a maioria presente na plateia, mas, na minha época, existia o normalista. Invejávamos quem estudada para ser professor. Saíamos da escola querendo ser professores. Hoje, isso não acontece.

Então esse professor, principalmente no ensino maternal ou primário – hoje o Fundamental, que vai até sexto ano, precisa receber investimento e motivação. Nesse professor especificamente.

Precisamos parar até de dizer que a escola não pode completar, que não pode fazer algo que a família fez, ou que a Universidade não pode fazer algo que a escola primária fez, sempre tentando sair fora da responsabilidade. Todos somos responsáveis. Inclusive nossa sociedade é responsável para aumentar o conhecimento e cuidar de nossos jovens, das nossas crianças, mesmo não sendo professor.

E não tenham dúvidas de que a escola não pode se eximir, ou seja, se a família não fez, devem tentar fazer. Se a família não fez, vamos tentar fazer no Ensino Fundamental; se não foi feito no Ensino Fundamental, vamos tentar fazer no Ensino Médio e, assim, por diante.

Acredito muito no investimento e na valorização. Insisti muito na valorização, foi por onde passei e também onde tive oportunidade de formar pessoas sob minha orientação, principalmente na Polícia Militar. Foram mais de cem mil pessoas, entre homens e mulheres. Trabalhamos muito na valorização das pessoas. Isso funciona. E a valorização implica em termos um bom salário.

Também concordo com o Vereador Toninho Vespoli no que tange a precisarmos melhorar as estruturas das escolas em todo o Município, no Estado e no Brasil, mas principalmente, na Cidade.

Fazemos esses CEUs gigantescos – ótimos – e temos de ter mais. Discordo um

pouco do Mauro. Acho que o CEU agrega valor. O que podemos fazer é divulgar cultura e trazer até parte da Educação aqui para dentro. O CEU foi uma boa ideia, sem dúvida alguma. E o que temos de fazer é, além dos CEUs, levar tudo isso para as escolas.

Gostaria de entrar numa escola e ver o ambiente que encontrei no CEU, com tudo organizado e com várias coisas em ordem, bem cuidadas, com zeladoria muito forte. E não ver, ao entrar em uma escola, ver que o professor mal tem um giz e, às vezes, nem o quadro negro, para ministrar sua aula.

De qualquer forma, deixo registrado a todos que estiverem nos ouvindo e que tenham colaboração a nos dar, por favor, encaminhem suas sugestões à Comissão de Administração Pública até a última audiência pública, que será em 5 de outubro. Na sequência, começamos a fechar o relatório de encaminhamento desse plano, o qual ainda está nesta comissão, para as outras comissões e, assim, finalizá-lo.

Há mais alguém que gostaria de fazer uso da palavra? Está aberta a todos. (Pausa)
- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Coronel Camilo) – Pois não, Mauro? Peço que fale no microfone, por favor.

O SR. MAURO – Só para esclarecimento: o Movimento não é contra o CEU. Nosso questionamento é de que o CEU não deveria usar verbas da Educação.

Defendemos que hajam centros comunitários dessa dimensão, mas, por exemplo, quando se tira a creche de dentro dos CEUs, tira o Ensino Fundamental, pode fazer com que ali funcione vinte e quatro horas.

Temos casos de CEUs em que a comunidade não podia praticar esportes, por causa do horário do sono das crianças, ou seja, elas lanchavam e dormiam, mas a quadra de esportes fica ao lado da creche. Assim, a comunidade perdia, praticamente, quatro horas de atividades esportivas por causa da creche.

Portanto, a nossa crítica é nesse sentido. Defendemos os CEUs, mas não com

verbas da Educação. Muito obrigado pela oportunidade de esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Coronel Camilo) – Sou eu que agradeço pelo esclarecimento. Afinal, tudo que agregue à Educação, contem comigo, contem com a Câmara Municipal. Aceitamos sugestões para que possamos melhorar cada vez mais a Educação.

Agradeço a presença do Vereador Toninho Vespoli, do Francisco, do Mauro e de todos os que participaram.

Convido todos para a próxima audiência e também para virem na última audiência da Comissão de Administração Pública, em 5 de outubro.

Façam sugestões, acompanhem. Meu gabinete está aberto a todos. Meu site é coronelcamilo.com.br e o telefone do meu gabinete é 3396.4644, à disposição para receber as sugestões. Queremos agregar valores a esse plano. Por favor, Vereador Toninho Vespoli, também encaminhe suas sugestões para juntar mais valores a esse relatório.

Espero que consigamos, no prazo mais breve possível, terminar esse plano da Educação para colocá-lo em prática, executá-lo e até corrigi-lo no que for possível. Esperamos conseguir melhorar a vida dos nossos alunos nas escolas municipais.

Agradeço a presença de todos.

Não havendo mais nada a ser tratado, agradeço a presença de todos, desejo um bom dia e dou por encerrados os trabalhos dessa audiência pública.